



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA**Preço deste número - Kz: 100,00**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresnanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA		O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	Ano		
	As três séries	Kz: 611 799.50	
	A 1.ª série	Kz: 361 270.00	
	A 2.ª série	Kz: 189 150.00	
	A 3.ª série	Kz: 150 111.00	

SUMÁRIO

Ministério das Finanças

Decreto Executivo n.º 253/18:

Determina que a emissão de dívida soberana, sob a forma de Eurobonds, até ao montante de USD 500.000.000,00, autorizada pelo Despacho Presidencial n.º 83/18, de 13 de Julho, deve obedecer às condições complementares e específicas deste Diploma.

Ministério da Agricultura e Florestas

Decreto Executivo n.º 254/18:

Aprova o Regulamento Interno do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística deste Ministério.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

**Decreto Executivo n.º 253/18
de 16 de Julho**

Considerando a aprovação, pelo Despacho Presidencial n.º 83/18 de 13 de Julho de 2018, da estratégia de emissão adicional de títulos de dívida pública soberana nos mercados internacionais, sob a forma de Eurobonds até o montante de 500.000.000,00 USD (quinhentos milhões de dólares dos Estados Unidos de América), através de uma emissão «tap» que será consolidada e formará uma série única com os títulos de dívida pública soberana emitidos pela República de Angola no dia 9 de Maio de 2018 cujas condições complementares e específicas foram aprovadas pelo Decreto Executivo n.º 108/18, de 2 de Maio;

Considerando a autorização concedida pelo mesmo Despacho Presidencial ao Ministro das Finanças para executar as ações e implementar as medidas necessárias para a emissão dos Eurobonds Soberanos, e para adoptar, por meio de Decreto Executivo, as autorizações complementares ao Despacho Presidencial;

Considerando a necessidade, imposta pelos artigos 6.º e 7.º da Lei n.º 1/14, de 6 de Fevereiro, de definir as condições complementares a que devem obedecer a negociação, contratação e emissão de Títulos de Dívida Pública Directa, bem como as condições específicas dos empréstimos e das operações financeiras de gestão da Dívida Pública Directa;

Nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com os n.ºs 1 a 4 do Despacho Presidencial n.º 289/17, de 13 de Outubro, da alínea d) do n.º 1 do artigo 2.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado Decreto Presidencial n.º 31/18 de 7 de Fevereiro, bem como das disposições dos artigos 6.º e 7.º da Lei n.º 1/14, de 6 de Fevereiro;

Ouvido o Governador do Banco Nacional de Angola, determino:

1. A emissão de dívida soberana, sob a forma de Eurobonds, até ao montante de USD 500.000.000,00 (quinhentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), autorizada pelo Despacho Presidencial n.º 83/18, de 13 de Julho, deve obedecer às seguintes condições complementares e específicas:

Emitente:	República de Angola
Notação de Risco Prevista:	Fitch: B; Moody's: B3
Montante da Emissão:	500.000.000,00 USD a serem consolidados e a formar uma série única com os USD 1.250.000.000,00 9,375 por cento, Títulos com vencimento em 2048 emitidos no dia 9 de Maio de 2018
Data da Transacção:	16 de Julho 2018
Data de Liquidação:	23 de Julho de 2018 (T+5)
Data da Maturidade:	8 de Maio de 2048
Cupão:	9,375% por ano
Primeira Data de Pagamento de Juros:	15 de Dezembro de 2018
Datas de Pagamento dos Juros:	15 de Junho e 15 de Dezembro de cada ano, com início no dia 15 de Dezembro de 2018
Preço de Emissão:	102,76% mais 75 dias de juros acumulados de 9.765.625 USD em relação ao período de, e incluindo, 9 de Maio de 2018 até, mas excluindo, a Data de Liquidação

Receita Líquida Estimada:	Aproximadamente USD 520.000.000
Benchmark do Tesouro:	Tesouro dos Estados Unidos 3,000% com vencimento 15 de Fevereiro de 2018
Yield e Preço do Benchmark do Tesouro:	2,965%
Margem para o Benchmark:	613,5 bps
Yield da Maturidade:	9,375%
Resgate:	Ao par na data da maturidade
Regulação:	Rule 144 –A / Regulation S
Forma dos títulos:	Registados
Compensação:	DTC/Euroclear/Clearstream, Luxembourg
Cotação:	Mercado Regulado da Bolsa de Valores de Londres
Finalidade:	Como descrito na Secção «Utilização das Receitas» do Prospecto
Lei Aplicável:	Lei Inglesa
Montante:	USD 200.000,00 e múltiplos integrais de USD 1.000 em excesso

2. O presente Decreto Executivo entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 16 de Julho de 2018.

O Ministro, *Archer Manguera*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E FLORESTAS

Decreto Executivo n.º 254/18 de 16 de Julho

Havendo necessidade de se regulamentar a estrutura e o funcionamento do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística a que se refere o artigo 10.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura e Florestas aprovado por Decreto Presidencial n.º 15/18, de 25 de Janeiro;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 3 do Despacho Presidencial n.º 289/17, de 13 de Outubro, conjugado com o artigo 40.º do Decreto Presidencial n.º 15/18, de 25 de Janeiro que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura e Florestas, determino:

ARTIGO 1.º (Aprovação)

É aprovado o Regulamento Interno do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística do Ministério da Agricultura e Florestas, anexo ao presente Decreto Executivo, do qual é parte integrante.

ARTIGO 2.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Ministro da Agricultura e Florestas.

ARTIGO 3.º (Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor à data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 16 de Julho de 2018.

O Ministro, *Marcos Alexandre Nhunga*.

REGULAMENTO INTERNO DO GABINETE DE ESTUDOS, PLANEAMENTO E ESTATÍSTICA

CAPÍTULO I Definições Gerais

ARTIGO 1.º (Definição)

O Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística é o serviço de apoio técnico de carácter transversal que tem como funções principais a preparação de medidas de política e estratégia global do Sector Agrícola, Pecuário e Florestal, de estudos e análise regular sobre a execução geral das actividades dos serviços, bem como a orientação e coordenação da actividade de estatística, dentre outras.

ARTIGO 2.º (Competências)

O Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística tem as seguintes competências:

- Elaborar estudos e as alternativas conducentes à definição de política de desenvolvimento do Sector, política de preços, mercados, créditos, seguros incentivos;
- Identificar, avaliar projectos de investimentos públicos e coordenar acções de financiamento e de execução;
- Promover a recolha, processamento e divulgação de informações estatísticas das actividades agrícolas, pecuárias, florestais, faunísticas e apícolas;
- Propor políticas e estratégias de desenvolvimento do Sector Agrário;
- Coordenar e elaborar, em colaboração com outros organismos do Ministério e de outros sectores, os planos de desenvolvimento agro-pecuário;
- Participar na preparação, negociação e compatibilização de contratos e acordos para os quais seja designado pelo Ministro;
- Estudar as oportunidades e as necessidades de investimento do Sector;
- Elaborar estudos e análises regulares sobre a execução geral das actividades dos serviços e projectos do Ministério;
- Elaborar, em colaboração com outros organismos, os planos anuais, de médio e longo prazo e os programas relativos ao Sector;
- Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

CAPÍTULO II Organização

ARTIGO 3.º (Estrutura orgânica)

O Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística tem a estrutura orgânica seguinte:

- Direcção;
- Conselho de Direcção;

- c) Departamento de Estudos e Estatística;
- d) Departamento de Planeamento;
- e) Departamento de Monitoramento e Controlo.

ARTIGO 4.º
(Direcção)

1. O Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística é dirigido por um Director equiparado a Director Nacional a quem compete:

- a) Coordenar e dirigir a execução de todas actividades do Gabinete;
- b) Elaborar e apresentar o plano anual e o relatório de balanço a desenvolver e desenvolvidas pelo Gabinete;
- c) Velar pelo cumprimento do regulamento interno e disciplina laboral;
- d) Representar o Gabinete junto dos Ministérios da Economia e Planeamento e das Finanças, assim como dos órgãos de Direcção da Economia e outros Sectores afins;
- e) Desempenhar as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

2. Na sua ausência ou impedimento, o Director do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística é substituído por um técnico por si indicado.

ARTIGO 5.º
(Conselho de Direcção)

1. O Conselho de Direcção é uma estrutura de apoio e consulta do Director do Gabinete em matéria de programação, organização, funcionamento e disciplina laboral.

2. O Conselho de Direcção é presidido pelo Director e dele fazem parte os Chefes de Departamento e técnicos.

3. O Conselho de Direcção reúne-se de forma ordinária trimestralmente e, extraordinária sempre que for necessário mediante convocatória do Director e ordem de trabalho estabelecida por este.

4. Sempre que achar conveniente, o Director pode convidar outros especialistas pertencentes ao quadro do pessoal do Ministério a participarem do Conselho.

ARTIGO 6.º
(Departamento de Planeamento)

1. O Departamento de Planeamento é a estrutura do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística encarregue de estudar, elaborar e definir medidas de política e estratégias para o desenvolvimento agrário.

2. Ao Departamento de Planeamento compete:

- a) Habilitar o Sector na definição de medidas de políticas adequadas para o desenvolvimento agrário, incluindo a política de preços, mercado, créditos, seguros e incentivos, através de análise, estudos e relatórios;
- b) Elaborar planos e programas anuais que enunciam a orientação, metas e medidas de política do Sector;
- c) Estabelecer quadros de referência de evolução da actividade agro-pecuário e florestal, com base na aplicação das políticas e opções estratégicas do Sector;
- d) Proceder à integração e alinhamento estratégico dos projectos, programas anuais, e planos de médio e longo prazo, bem como efectuar a priorização das respectivas propostas orçamentais do Sector;
- e) Operar a infra-estrutura física do Sistema Integrado de Programa de Investimento Público (SIPIP);

- f) Elaborar relatórios de adjudicação e contratação de acordo com o estabelecido na legislação em vigor;
- g) Analisar e emitir pareceres sobre os relatórios de balanço das actividades dos órgãos dependentes do Ministério da Agricultura, bem como os provenientes dos Governos Provinciais;
- h) Elaborar os relatórios trimestrais, semestrais, e anuais de balanço das actividades do Sector;
- i) Prestar assistência técnica aos diversos órgãos do Sector no processo de Planeamento;
- j) Desempenhar as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou determinação superior.

3. O Departamento de Planeamento é dirigido por um Chefe de Departamento, com a categoria de Técnico Superior.

ARTIGO 7.º
(Departamento de Monitoramento e Controlo)

1. O Departamento de Monitoramento e Controlo é a estrutura do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística encarregue de monitorar e controlar todas acções relacionadas com investimentos do Sector.

2. Ao Departamento de Monitoramento e Controlo compete:

- a) Coordenar as acções de financiamento de projectos elegíveis para o Programa de Investimentos Públicos e Despesas de Apoio ao Desenvolvimento do Sector;
- b) Assegurar a integração ou compatibilização dos diversos instrumentos e fontes de financiamento implicados na elaboração e execução do Programa de Investimento Públicos, elaborando as propostas de programação financeira para a apreciação superior;
- c) Prestar apoio técnico e metodológico a todos os órgãos dependentes do Sector, nos aspectos inerentes ao processo de Programação de Investimento Público;
- d) Elaborar relatórios mensais, trimestrais, semestrais e anuais, sobre a evolução física e financeira do Programa de Investimentos Públicos do Sector, tendo por base as notas de cabimentação, os contratos e facturas, os autos de medição física dos trabalhos;
- e) Efectuar visitas de controlo às províncias para monitoria e avaliação à execução física de projectos e investimentos públicos do Sector;
- f) Efectuar a análise sistemática de dados e informações sobre o andamento dos projectos;
- g) Elaborar orçamento de investimento de projectos do Sector em curso, bem como as iniciativas de despesas de apoio ao desenvolvimento;
- h) Arquivar as notas de cabimentação dos projectos e ordens de saque em conformidade com o quadro detalhado de despesas do programa de investimentos públicos;
- i) Garantir a realização de pagamentos de facturas através do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE), e notificar os beneficiários encaminhado a Ordem de Saque, DAR e a factura paga, bem como assegurar o comprovativo do recibo;
- j) Elaborar as propostas de planos financeiros das dotações orçamentais mensais, trimestrais e semestrais para os investimentos;
- k) Propor outras acções de financiamento que se afigurem necessárias à execução cabal dos investimentos do Sector;

- l)* Controlar a execução financeira dos investimentos, assegurando a maior compatibilização possível com a respectiva execução física;
- m)* Desempenhar as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

3. O Departamento de Monitoramento e Controlo é dirigido por um Chefe de Departamento com a categoria de Técnico Superior.

ARTIGO 8.º

(Departamento de Estudos e Estatística)

1. O Departamento de Estudos e Estatística é a estrutura do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística encarregue de coordenar e controlar todo processo de recolha, compilação e processamento da informação estatística resultantes das actividades do Sector.

2. Ao Departamento de Estudos e Estatística compete:

- a)* Manter constante e adequado o conhecimento sobre a realidade global do Sector Agrário através de estudos gerais e especializados;
- b)* Elaborar, promover e acompanhar os estudos de mercado necessários à definição de políticas e opções estratégicas de produção e de importação e exportação de produtos agrícolas e de insumos para o Sector Agrário;
- c)* Elaborar estudos sobre medidas que incentivam os agentes económicos para a prossecução dos objectivos do Sector;
- d)* Emitir pareceres sobre propostas de preços, tarifas de produtos agro-pecuários e florestais, bem como a subvenção e os subsídios aos preços de insumos;
- e)* Executar, acompanhar e avaliar os processos de redimensionamento empresarial do Sector;
- f)* Promover, executar e acompanhar acções de apoio técnico, científico e de gestão visando a adequação de pequenas e médias empresas agro-silvo-pastoris e incentivar as que apresentam índices positivos de produção;
- g)* Proceder à recolha, tratamento, harmonização e validação das informações estatísticas do Sector Agrário, Pecuário e Florestal;
- h)* Definir as metodologias de implantação de inquéritos de produção agro-pecuária e florestal, por amostragem;
- i)* Planificar e estabelecer de forma contínua o banco de dados do Sector Agrário;
- j)* Emitir certificado estatístico e parecer que sejam solicitados em matéria de produção e divulgação de informações estatísticas agro-pecuárias e florestais;
- k)* Desempenhar as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

3. O Departamento de Estudos e Estatístico é dirigido por um Chefe de Departamento com a categoria de Técnico Superior.

ARTIGO 9.º

(Competências dos Chefes de Departamento)

Aos Chefes de Departamentos competem:

- a)* Organizar, orientar e coordenar as actividades do Departamento;
- b)* Providenciar o controlo da assiduidade e pontualidade dos respectivos funcionários;
- c)* Elaborar e apresentar periodicamente os planos de actividade do respectivo Departamento e os relatórios sobre o grau de execução dos mesmos;
- d)* Assinar os termos de abertura e encerramento dos livros em uso no respectivo Departamento;

- e)* Tomar iniciativa e decidir sobre todas as tarefas já programadas e prestar contas da sua execução ao Director;
- f)* Despachar com o Director os assuntos correntes do departamento;
- g)* Desempenhar as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

CAPÍTULO III

Disposições Finais

ARTIGO 10.º

(Quadro de pessoal)

O quadro de pessoal do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística é o constante do Anexo I ao presente Regulamento Interno, do qual é parte integrante.

ARTIGO 11.º

(Organigrama)

O organigrama do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística é o constante do Anexo II ao presente Regulamento do qual é parte integrante.

O Ministro, *Marcos Alexandre Nunga*

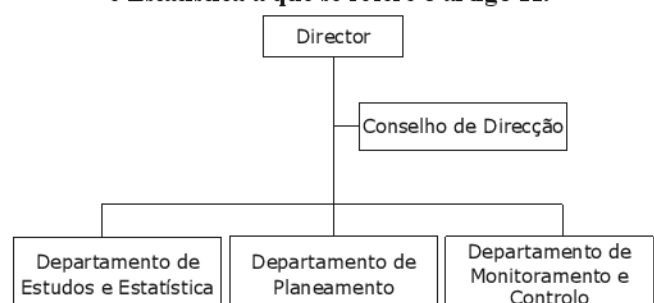
ANEXO I

Quadro de pessoal do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística a que se refere o artigo 10.º

Grupo de Pessoal	Categoria/Cargo	Números de Lugares
Direcção e Chefia	Director	1
	Chefe Departamento	3
Técnico Superior	Assessor Principal	7
	1.º Assessor	
	Assessor	
	Técnico Superior Principal	
	Técnico Superior de 1.ª Classe	
	Técnico Superior de 2.ª Classe	
Técnico	Especialista de 1.ª Classe	2
	Técnico de 1.ª Classe	
	Técnico 2.ª Classe	
	Técnico 3.ª Classe	
	Técnico Médio Principal de 1.ª Classe	2
	Técnico Médio Principal de 2.ª Classe	
	Técnico Médio Principal de 3.ª Classe	
	Técnico Médio de 1.ª Classe	
	Técnico Médio de 2.ª Classe	
	Técnico Médio de 3.ª Classe	
Total Geral		15

ANEXO II

Organigrama do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística a que se refere o artigo 11.º



O Ministro, *Marcos Alexandre Nunga*